

CONGRESSO QUER COMANDAR REFORMAS

Lydia Medeiros

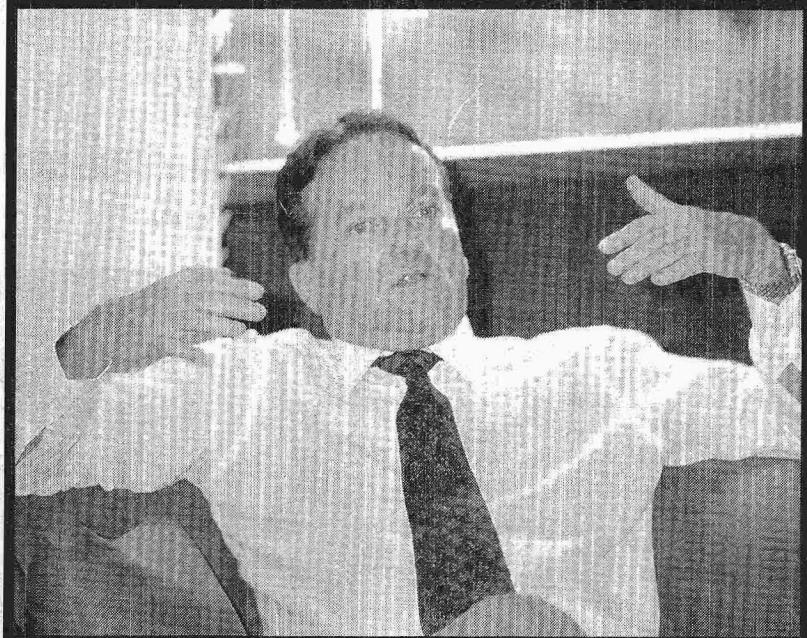
Da equipe do **Correio**

A bandeira das reformas vai trocar de dono. Enquanto o governo administra a crise e discute os rumos da política econômica com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Congresso quer assumir o discurso reformista que, até aqui, serviu ao Executivo. Os primeiros sinais partiram dos presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pregando a independência e o fortalecimento do Legislativo em seus discursos de posse. Ontem, foi a vez do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), defender um novo papel para o Congresso, desatrelado dos interesses do governo Fernando Henrique Cardoso.

"Na legislatura passada, o comando das ações do Congresso se fez através do Executivo. Agora, o Congresso deve ser o responsável por sua agenda e não sei se os próximos quatro anos serão suficientes", disse Bornhausen.

Durante o primeiro mandato, Fernando Henrique colecionou vitórias no Legislativo, inclusive com o pacote acertado com o FMI.

Paulo Barros 8.3.94



Bornhausen: "Chegamos ao limite da capacidade de suportar impostos"

A votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), no entanto, será a última colaboração do Congresso para o ajuste fiscal. Tanto no PFL quanto no PSDB medidas adicionais como novos impostos são rejeitadas e só devem ser discutidas dentro da reforma tributária.

"Não há mais a possibilidade de ajustes. Ou se reforma o estado ou qualquer medida de remendo não será aceita. Chegamos ao limite da capacidade de suportar impostos", afirmou Bornhausen. No PSDB, essa disposição também ficou clara numa reunião da bancada com o secretário-executivo do ministério da

Fazenda, Pedro Parente. "Se há necessidade de um segundo ajuste, ele precisa ser feito por meio de uma qualificação melhor dos gastos e não de aumento de impostos", disse a deputada Yeda Crusius (RS). Essa orientação já tem um primeiro alvo, a criação do Imposto sobre Combustíveis, defendido pelo PMDB e até incluído no orçamento deste ano como fonte de receita. "Não contem comigo para esse imposto", adiantou Bornhausen.

DISCUSSÃO

A agenda congressual pós-ajuste deve começar pela reforma política. O PFL quer também a imediata discussão da reforma ampla do estado, com a definição das competências de União, estados e municípios balizando a reforma tributária. Bornhausen voltou a insistir na privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Esses ativos serviriam ao financiamento da previdência social pública. Segundo ele, a reforma previdenciária aprovada pelo Congresso foi uma meia-sola que só diminuiu os rombos, mas não terminou com o déficit do setor. A idéia é negada pela equipe econômica e ainda não

é consenso nem no PFL.

A versão pefelista para a reforma política utiliza projetos de lei, e não emendas constitucionais. A fórmula, consolidada com a participação do vice-presidente Marco Maciel, permite fazer as alterações legais sem a necessidade de um quorum de três quintos para aprovar as medidas.

A partir do dia 22, quando o Senado volta a funcionar, o PFL vai apresentar suas propostas, que incluem um projeto do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o voto distrital misto. Apresentado à época em que era senador, o projeto do presidente está pronto para ir a plenário. Foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado com parecer do ex-senador Josaphat Marinho. Depende apenas da aprovação de um requerimento para que seja incluído na pauta de votações.

O PFL vai apresentar também projeto mudando os prazos de filiação partidária. A idéia é proibir a troca de partido por um prazo de três anos antes de cada eleição. O descumprimento da norma impediria a candidatura a qualquer cargo eletivo. Caso seja a primeira filiação a um partido político, esse prazo seria reduzido para um ano.